Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING INTERNET

01/12/2015 ATÉ 01/12/2015

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
1.1 BLOG DO NETO FERREIRA 1
2 CASO DÉCIO SÁ
2.1 BLOG DANIEL MATOS..... 2
2.2 BLOG DO DJALMA RODRIGUES..... 3
2.3 BLOG GILBERTO LEDA..... 4
2.4 BLOG MARCELO VIEIRA..... 5
2.5 IMIRANTE.COM..... 6
2.6 O IMPARCIAL ONLINE..... 7
3 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
3.1 SITE CNJ..... 8
4 COMARCAS
4.1 G1 MARANHÃO..... 9
5 DESEMBARGADOR
5.1 IMIRANTE.COM..... 10
6 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
6.1 SITE JORNAL PEQUENO..... 11

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CASO DÉCIO SÁ
01/12/2015 - BLOG DANIEL MATOS
POSITIVA
TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá nesta quarta-feira

TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá nesta quarta-feira

Em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (2), às 9h, será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar).

A ação (013944/2015) envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.

O quê: Julgamento de um processo relativo ao caso Décio Sá

Quando: Dia 02 (quarta-feira), às 09h

Onde: Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CASO DÉCIO SÁ
01/12/2015 - BLOG DO DJALMA RODRIGUES - DJALMA RODRIGUES
POSITIVA
TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá, nesta quarta

TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá, nesta quarta

Em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (2), às 9h, será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar).

A ação (013944/2015) envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
01/12/2015 - BLOG DO NETO FERREIRA
POSITIVA
Magistrados se solidarizam com família de menina estuprada em Urbano Santos

Magistrados se solidarizam com família de menina estuprada em Urbano Santos

Solidariedade, indignação contra a violência e repúdio à barbárie foram os principais sentimentos expressados durante o ato público realizado pela Associação dos Magistrados, na tarde desta segunda-feira (30), na cidade de Urbano Santos, a 272 Km de São Luís. O evento reuniu 30 juízes de diversas comarcas e contou com a presença do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela. A AMMA foi representada por Gervásio Santos e Frederico Feitosa, presidente e secretário-adjunto, respectivamente.

O ato público foi a forma dos magistrados do Maranhão declararem indignação à morte violenta da menina Maísa Moreno, ocorrida no dia 21 de novembro, após ter sido sequestrada e violentada.

O evento dos magistrados também teve por objetivo prestar solidariedade ao juiz titular da comarca, Samir Mohana, e repudiar os atos de barbárie ocorridos logo após a descoberta do crime, praticados por um grupo de pessoas contra o patrimônio público. Prédios foram depredados, dentre os quais o Fórum da comarca, nos quais mais de 300 processos foram queimados, a maioria criminais.

"É inadmissível o que aconteceu em Urbano Santos. Manifestação contra a morte bárbara de uma criança é direito da população, mas não se pode admitir que pessoas de má índole se aproveitem de uma situação de dor para causar vandalismo e atacar o Judiciário e outras instituições públicas, a exemplo da Prefeitura e da delegacia", disse o juiz Samir Mohana ao abrir o evento.

O magistrado informou que todos os que foram agredidos pelos vândalos e naquele dia vivenciaram momentos de insegurança em seus locais de trabalho, são funcionários públicos que estavam trabalhando em prol da sociedade. Disse que entende a revolta da população contra o assassinato bárbaro da menina, mas não pode permitir que a sociedade retroaja aos tempos de barbárie e faça justiça com as próprias mãos.

SALA MAÍSA MORENO

A plateia que participou do ato foi formada por representantes de diversos segmentos da sociedade civil de Urbano Santos, membros das igrejas católica e evangélica, secretários municipais, vereadores, a prefeita Iracema Vale, familiares de Maisa, dentre eles a mãe Liliane Moreno e o tio Jean Moreno, a professora Alda que organizou as primeiras buscas assim que a família denunciou o desaparecimento da menina. O sentimento de tristeza e comoção dominava a todos.

O juiz Samir Mohana anunciou que o fórum, cujas instalações foram depredadas, e o salão do júri tomado pelas labaredas do fogo durante a manifestação, será reformado e ganhará uma sala para depoimento de crianças vítimas de violência sexual, que se chamará "Sala de Depoimento sem Dano Maísa Moreno".

O magistrado explicou que já foi detectado que a maioria dos criminosos que cometem abuso sexual em

crianças é reincidente e que a partir de agora o procedimento a ser adotado é que esse tipo de crime passará a ter prioridade máxima na sua apuração.

Ele também recriminou todas as pessoas que colaboraram para o estado de barbárie em Urbano Santos, a começar pelo vídeo da criança agonizando que foi compartilhado nas redes sociais. Na avaliação do Judiciário, esta foi a pólvora que disseminou a revolta descontrolada, além do radialista que teria mobilizado a população a ir para a frente da delegacia.

"Podem ter certeza que todas as pessoas envolvidas neste lamentável episódio serão identificadas e responsabilizadas pelos seus atos, conforme o que está previsto na lei", afirmou.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, levou ao ato público o sentimento de indignação de toda a magistratura maranhense aos atos de violências ocorridos em Urbano Santos e expressar a solidariedade ao juiz Samir Mohana, que, segundo ele, soube garantir com serenidade e coragem a presença do Judiciário no momento de tensão que se instalou na cidade.

Ao iniciar sua fala, Gervásio Santos pediu que todos ficassem de pé em um minuto de silêncio pela morte da menina Maisa. "A dor maior que todos estamos sentindo aqui é a dor pela morte de uma criança", afirmou.

Gervásio disse, ainda, que o ato público da AMMA vai muito mais além do que manifestar apoio ao Judiciário. "É um ato contra a violência e contra todas as crianças vítimas de abuso sexual; contra a violência às instituições deste pais, contra a violência à magistratura e à polícia civil. Viemos aqui afirmar o compromisso da magistratura do Maranhão em favor da ordem e do Estado Democrático de Direito".

O secretário Jefferson Portela também se manifestou durante o ato público e levou a solidariedade do governador Flávio Dino aos familiares da menina Maisa e a toda população de Urbano Santos. Jefferson prestou homenagem "aos que agiram com bravura ao defender as instituições pública contra a ordem criminosa", dentre os quais os policiais militares e civis, bombeiros, servidores da prefeitura, ao juiz Samir Mohana e aos servidores do Judiciário. Ele também parabenizou a AMMA pela realização do ato público.
Segundo Jefferson, a polícia estará a postos para impedir abusos e violência vinda de quem quer que seja. "Nós estamos a postos para garantir a lei, a ordem e a paz justa ".

PROCESSOS DESTRUÍDOS

Após o término do ato público, os magistrados fizeram uma visita ao Fórum Emésio Araújo, que foi depredado pelos vândalos e teve mais de 300 processos destruídos. O juiz Samir Mohana informou que vai iniciar um levantamento para dar início à reconstituição dos autos.

As primeiras perícias indicam que a invasão ao fórum foi intencional por grupos criminosos que se aproveitaram do momento de revolta da população para destruir processos criminais. Entre os manifestantes presos, estão alguns que figuram como réus, dentre os quais um perigoso traficante. O juiz garantiu que se manterá presente na comarca e que o ato de vandalismo não impedirá que a justiça seja feita.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CASO DÉCIO SÁ
01/12/2015 - BLOG GILBERTO LEDA
POSITIVA
Caso Décio: TJ julgará mais um processo

Caso Décio: TJ julgará mais um processo

Em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (2), às 9h, será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar).

A ação (013944/2015) envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.

Há duas semanas, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu aumentar a pena de Jhonathan de Sousa, assassino confesso do jornalista Décio Sá. Condenado em julgamento anterior ao cumprimento de pena de 25 anos e três meses, ele teve sua condenação agravada para 27 anos e 5 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado. Ficam mantidas as demais penas determinadas pela Justiça de 1º Grau.

O colegiado também anulou o julgamento de Marcos Bruno Silva de Oliveira, que foi condenado a 18 anos e três meses de reclusão, por garantir fuga ao executor do crime, Jhonathan de Sousa. Com a nova determinação judicial, ele será submetido a novo Tribunal do Júri Popular.

Os processos - que ficaram sob a relatoria do desembargador José Luiz Almeida - referem-se às apelações criminais interpostas pela defesa dos acusados e pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), ambas solicitando reforma da decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri, proferida em fevereiro de 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CASO DÉCIO SÁ
01/12/2015 - BLOG MARCELO VIEIRA
POSITIVA
TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá, nesta quarta (02)

TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá, nesta quarta (02)

Em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (2), às 9h, será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar).

A ação (013944/2015) envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.

O quê: Julgamento de um processo relativo ao caso Décio Sá

Quando: Dia 02 (quarta-feira), às 09h

Onde: Plenarinho do TJMA (Av. Pedro II, s/n, 2º andar)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - COMARCAS
01/12/2015 - G1 MARANHÃO
POSITIVA
Juízes fazem ato em protesto contra ataque a fórum no Maranhão

Juízes fazem ato em protesto contra ataque a fórum no Maranhão

saiba mais * Suspeito de estuprar e matar criança de 6 anos é apresentado no MA * População quebra fórum e tenta invadir delegacia no Maranhão No ato, convocado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AM-MA), os juízes afirmaram que o atentado violenta o Estado Democrático de Direito e apoiaram o juiz Samir Mohana, titular da Comarca de Urbano Santos. "Eles invadiram o fórum, invadiram a sala do Tribunal do Júri e, lá, encontraram aproximadamente 500 processos. Destes, cerca de 320 foram incinerados. Já estamos fazendo o trabalho de identificação de cada um dos processos para que possa haver, com isso, a restauração dos autos, e que a unidade judiciária possa voltar ao seu trabalho normalmente", disse Samir Mohana, garantindo que não deixará a cidade após o ataque. Sala do Fórum em Urbano Santos foi parcialmente incendiada (Foto: O.J / Divulgação)|

Vinte e cinco juízes participaram, nesta terça-feira (1º), de um ato público em protesto contra o ataque ao Fórum de Justiça de Urbano Santos, no Maranhão, ocorrido na semana passada. O local foi atacado por populares revoltados com a transferência do assassino confesso de Maísa Moreno da Silva, de 6 anos, que morreu após ter sido estuprada e esganada até a morte.

O secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), Jefferson Portela, disse que o caso está sendo apurado para a devida responsabilização dos autores. "Doze deles já estão presos. Um deles foi atingido por um disparo de arma de fogo para contenção da conduta criminosa e, esse que foi atingido, descobrimos que ele já responde a onze processos aqui na Comarca. Todos os foragidos continuarão sendo procurados. Não haverá interrupção", garantiu.

Além dos magistrados, o ato também teve a participação de populares e familiares de Maísa. "Eu quero que a Justiça seja feita e que ele pague o que ele fez com a minha filha", cobrou emocionada a mãe Lílian Moreno.

*

José Ribamar dos Santos Portacio, 26, confessou o crime (Foto: Alessandra Rodrigues/Mirante AM)

Entenda
Um homem de 26 anos, identificado como José Ribamar dos Santos Portácio, foi apresentado, na semana passada, como o autor do estupro e assassinato da menina de 6 anos. De acordo com a polícia, ele teria confessado o crime, praticado no sábado, dia 21 de novembro.

Em depoimento, o homem, que era frequentador do bar dos pais da vítima, contou que estava bebendo no estabelecimento quando sequestrou a filha do casal, que estava na porta, e a levou para um matagal, onde a estuprou e esganou até a morte, abandonando-a em seguida.

A menina foi encontrada na manhã de domingo (22), ainda com vida, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. Um vídeo divulgado anonimamente pelas redes sociais mostra a criança seminua, agonizando.

Após a repercussão das imagens e do fato de que o autor do crime seria transferido, centenas de moradores depredaram, no dia 24 de novembro, o fórum da cidade, assim como veículos do Poder Judiciário e de viaturas da polícia.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CASO DÉCIO SÁ
01/12/2015 - IMIRANTE.COM
POSITIVA
TJ-MA julgará mais um processo do caso Décio Sá

TJ-MA julgará mais um processo do caso Décio Sá

SÃO LUÍS - Nesta quarta-feira (2), em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, que aconteceu no mês de abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJ-MA, começando às 9h.

A ação envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.

Leia também:

Caso Décio Sá: Justiça condena acusados a 25 e 18 anos em Pedrinhas

TJ pode definir ainda este ano julgamentos do Caso Décio Sá

TJ julgará três processos relativos ao caso Décio Sá, nesta quarta-feira (18)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
01/12/2015 - IMIRANTE.COM
POSITIVA
Desembargador João Santana lançará obra em Imperatirz

Desembargador João Santana lançará obra em Imperatirz

Divulgação / Assessoria |

IMPERATRIZ - O desembargador João Santana, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), lançará, nesta sexta-feira (4), em Imperatriz, a autobiografia Menino Passarinheiro - o poeta dos passarinhos. O evento está marcado para às 19h, no auditório da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), localizado na rua Simplício Moreira, Centro.

A obra é composta por um conjunto de cantos e lamentos em forma de poesias, que trazem o relato de particularidades da vida do magistrado, desde a infância. O título tem ligação com as preferências de João Santana, que se diz amante do canto dos pássaros e da natureza. A escolha é justificada na narrativa poética em que figuram lugares, histórias e pessoas que marcaram a vida de um menino, nascido no interior do Maranhão.

Autor de diversas publicações na Revista da Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam), entre acórdãos e sentenças judiciais, o autor diz que a obra inaugura um momento novo, em que as lembranças do passado simples, vivido em terras maranhenses, tomam sentido significativo ao serem comparadas com as vivências experimentadas no momento presente da sua carreira.

O livro traz, também, composições que traduzem a fé e o sentimento religioso do poeta, com uma linguagem regionalizada e repleta de humor. O evento contará com a presença de autoridades locais, integrantes da Academia Imperatrizense de Letras (AIL), além de familiares e amigos do desembargador.

TJMA julgará mais um processo relativo ao caso Décio Sá

Em sessão extraordinária da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira, às 9h, será julgado mais um processo relativo ao assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012. O recurso a ser julgado é da relatoria do desembargador José Luiz de Almeida. O julgamento ocorrerá no Plenarinho do TJMA.

A ação envolve os acusados Fábio Aurélio Saraiva Silva, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, José Raimundo Sales Chaves Júnior, Elker Farias Veloso, Fábio Aurélio do Lago e Silva, José de Alencar Miranda Carvalho.leia tambémCASO DÉCIO Assassino de jornalista tem a pena ampliada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

Empresas renegociam dívidas com clientes até sexta no Maranhão

Empresas renegociam dívidas com clientes até sexta, no Maranhão. Crédito: Divulgação/TJMA
O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas parceiras, com o apoio do Sebrae, promoverão até sexta-feira (4/12) o I Balcão de Renegociação de Dívidas no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. O objetivo é ampliar as oportunidades de acordos, tanto para as dívidas que estejam vencidas ou para aquelas que ainda podem ser resolvidas administrativamente.

Durante a programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros) irão disponibilizar stands para receber o público, identificar seus débitos e oferecer condições de pagamento. Segundo o presidente do Núcleo de Conciliação, desembargador José Luiz Almeida, 23% das famílias brasileiras estão inadimplentes, ou seja, estão há 60 dias sem quitar débitos, enquanto 63% estão endividadas – ainda não estão inadimplentes, mas pagam com dificuldade. “Nosso objetivo é facilitar o consumidor a resolver seu conflito sem precisar levar ao Poder Judiciário”, disse.

O superintendente do Sebrae, João Martins, acredita que o projeto piloto, na Região Nordeste, é a iniciativa mais forte no sentido de permitir a renegociação de dívidas de pessoas com histórico de débitos elevados com instituições públicas e privadas que, “nesse momento de crise, é necessário e oportuno”. Para a presidente da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Luzia Rezende, o projeto “é importante tanto para a classe empresarial quanto para o consumidor, que resolverá seus débitos de maneira satisfatória”.

Negociação - Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, além de comprovantes da dívida adquirida (contas, boletos). A ação integra o programa “Consumidor Adimplente - Cidadão com Plenos Direitos”, idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJ, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu. Ele explica que a ideia é fomentar a cultura da negociação direta, com vistas a evitar o superendividamento, estimular o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

Estado tem 30 dias para divulgar programa e cronograma de reforma da Feira da Cidade Operária, determina Justiça

O Estado do Maranhão tem o prazo de 30 dias para divulgar o programa e o cronograma de reforma da Feira da Cidade Operária. A determinação consta de sentença assinada nessa segunda-feira (30) pelo juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís. Na sentença, o magistrado determina também ao Estado a previsão, no orçamento de 2016, da verba necessária para a referida reforma. A multa diária em caso de descumprimento é de R$ 2 mil. O Estado do Maranhão deve ser citado para responder à ação no prazo de 60 dias.

A decisão judicial atende a pedido de antecipação de tutela em Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Estado do Maranhão em razão da constatação das péssimas condições da Feira. Entre as irregularidades apontadas, a péssima estrutura do imóvel; acúmulo de lixo e falta de limpeza e higiene dentro e fora da feira; presença de insetos; esgoto a céu aberto; mau cheiro e animais dentro da feira e uso de drogas no local no período noturno, relatadas em laudo elaborado por servidores do Núcleo Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital.

O MPE cita ainda o resultado de inspeção técnica feita pela Vigilância Sanitária em março de 2012 que aponta para nenhum tipo de estrutura sanitária e condições insalubres na Feira; violação e desacordos às Normas Higiênico Sanitárias vingentes. Nova inspeção do órgão (Vigilância) em 2013 concluiu novamente pelo estado precário das instalações físicas e estruturais da feira, bem com para a não observância de normas de higiene e conservação na manipulação de alimentos.

Nas palavras do autor da ação, "a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência tem ciência da situação da feira, inclusive dos relatórios da Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária SVES/SEMUS, uma vez que o MPE solicitou solução para as desconformidades detectadas. No entanto não houve resposta efetiva". O MPE relata ainda realização de Pregão Presencial para contratação de empresa com vista ao levantamento, elaboração de programas de necessidades e outros para reforma da Feira, "no entanto em nenhum momento o réu demonstrou intenção concreta de realizar urgentemente as obras necessárias ao regular funcionamento da Feira da Cidade Operária".

Intimado a se manifestar, o Estado "manteve-se em silêncio", consta da ação.

Danos à saúde pública - Citando auto de vistoria e laudo social do MPE, além de relatórios de inspeção da Vigilância Sanitária e SEMUS, o magistrado afirma que as provas anexadas ao processo corroboram as alegações do Ministério Público acerca das péssimas condições da Feira.

Nesse sentido, Clésio Cunha destaca o relatório de Inspeção Sanitária/SEMUS cuja conclusão é de que "a Feira da Cidade Operária encontra-se em precárias condições higiênicos-sanitárias, além de possuir condições de infraestrutura inaceitárveis para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao manuseio e comercialização dos alimentos, comprometendo a qualidade dos produtos e podendo ocasionar doenças transmitidas por alimentos, além de proliferação de vetores transmissores de doença".

E conclui: o perigo da demora está presente, porquanto a atual situação do Hortomercado da Cidade Operária, conforme apontado nos relatórios da Vigilância Sanitária, pode ocasionar danos à saúde pública, devido à constante exposição dos alimentos comercializados a vetores transmissores de doenças".